

Deuses, homens e as vozes esquecidas: um estudo comparativo sobre poder, justiça e gênero no *Mahabharata*, *Os Lusíadas* e *El Cid*

Dioses, hombres y voces olvidadas: un estudio comparativo sobre poder, justicia y género en el *Mahabharata*, *Os Lusíadas* y *El Cid*

Gods, men, and the forgotten voices: a comparative study of power, justice, and gender in *Mahabharata*, *Os Lusíadas*, and *El Cid*

Saloni Jha¹

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1304>

Resumo

Este estudo propõe uma leitura comparativa de três epopeias canônicas o *Mahabharata* da Índia, *Os Lusíadas* de Portugal e *El Cid* de Espanha com o objetivo de analisar como a justiça divina é construída, justificada e distribuída de forma seletiva nas tradições épicas. Embora provenientes de contextos culturais e teológicos distintos, cada texto apresenta um universo moral em que a autoridade divina serve para legitimar hierarquias humanas. A questão central é: as epopeias representam realmente uma justiça divina ou apenas reproduzem as hierarquias sociais e de gênero da sua época sob a aparência de uma ordem moral? O trabalho examina como o heroísmo é santificado através da aliança com o divino o conselho de Krishna a Arjuna, a bênção de Deus a El Cid e o favor dos deuses olímpicos concedido a Vasco da Gama mostrando como a divindade atua simultaneamente como guia moral e instrumento de exclusão. As mulheres, por sua vez, são apresentadas como sagradas mas silenciadas: a humilhação pública de Draupadi, a resignação passiva de Dona Jimena e a feminilidade alegórica em *Os Lusíadas* revelam os limites de virtude impostos pelo gênero. Paralelamente, a marginalização de Karna e Ekalavya no *Mahabharata* encontra eco nas exclusões raciais e religiosas das epopeias ibéricas, onde as identidades cristã e europeia são exaltadas como expressão da vontade divina. Ao colocar estas obras lado a lado, o estudo argumenta que a literatura épica codifica uma teologia da hierarquia uma estrutura duradoura que consagra a desigualdade como desígnio divino. A conclusão reflete sobre a persistência destes ideais épicos na formação das concepções modernas de justiça, moralidade e gênero, sugerindo que as vozes silenciadas nas epopeias continuam a fazer-se ouvir nas formas contemporâneas de exclusão social.

Palavras-chave: Literatura Épica. Heroísmo. Justiça Divina. Gênero. Hierarquia.

¹ Master of Arts in Portuguese at Goa University and Master of Arts in Spanish at Jawaharlal Nehru University. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3832-2236>. E-mail: saloni8010@gmail.com.

Abstract

This study undertakes a comparative reading of three canonical epics India's *Mahabharata*, Portugal's *Os Lusíadas*, and Spain's *El Cid* to examine how divine justice is constructed, justified, and selectively distributed within epic traditions. Although emerging from distinct cultural and theological frameworks, each text articulates a moral universe in which divine authority legitimises human hierarchies. The central inquiry asks: Do epics truly represent divine justice, or do they reproduce the social and gendered hierarchies of their times under the illusion of moral order? The paper examines how heroism is sanctified through divine alliance Krishna's counsel to Arjuna, God's blessing upon El Cid, and the Olympian favour bestowed on Vasco da Gama revealing how divinity operates as both moral compass and instrument of exclusion. Women, meanwhile, are rendered sacred yet silenced: Draupadi's public humiliation, Doña Jimena's passive resistência, and the allegorical femininity of *Os Lusíadas* expose the gendered boundaries of virtue. Parallel to this, the marginalization of Karna and Ekalavya in the *Mahabharata* resonates with the racial and religious exclusions in Iberian epics, where Christian and European identities are exalted as divinely ordained. By juxtaposing these texts, the paper argues that epic literature encodes a theology of hierarchy an enduring structure that sanctifies inequality as divine will. The conclusion reflects on the persistence of these epic ideals in shaping modern conceptions of justice, morality, and gender, suggesting that the voices silenced in the epics continue to echo in contemporary forms of social exclusion.

Keywords: Epic Literature; Heroism; Divine Justice; Gender; Hierarchy.

Resumen

Este estudio realiza una lectura comparativa de tres epopeyas canónicas — el *Mahabharata* de la India, *Os Lusíadas* de Portugal y *El Cid* de España — con el fin de analizar cómo se construye, justifica y distribuye de forma selectiva la justicia divina en las tradiciones épicas. Aunque surgen de contextos culturales y teológicos distintos, cada texto presenta un universo moral en el que la autoridad divina legitima las jerarquías humanas. La pregunta central es: ¿representan las epopeyas una verdadera justicia divina o reproducen las jerarquías sociales y de género de su tiempo bajo la apariencia de un orden moral? El trabajo examina cómo el heroísmo se santifica mediante la alianza con lo divino — el consejo de Krishna a Arjuna, la bendición de Dios a El Cid y el favor de los dioses olímpicos concedido a Vasco da Gama —, mostrando cómo la divinidad actúa tanto como guía moral como instrumento de exclusión. Las mujeres, en cambio, son sagradas pero silenciadas: la humillación pública de Draupadi, la resistencia pasiva de Doña Jimena y la feminidad alegórica de *Os Lusíadas* revelan los límites de virtud impuestos por el género. A la vez, la marginación de Karna y Eklavya en el *Mahabharata* se refleja en las exclusiones raciales y religiosas de las epopeyas ibéricas, donde las identidades cristianas y europeas son presentadas como voluntad divina. Al poner en diálogo estos textos, el estudio sostiene que la literatura épica codifica una teología de la jerarquía — una estructura persistente que consagra la desigualdad como deseo divino. La conclusión reflexiona sobre la permanencia de estos ideales épicos en las concepciones modernas de justicia, moralidad y género, y sugiere que las voces silenciadas en las epopeyas aún resuenan en las formas contemporáneas de exclusión social.

Palabras clave: Literatura Épica. Heroísmo. Justicia Divina. Género. Jerarquía.

1. Introdução

As epopeias sempre foram mais do que simples histórias são a memória e a espinha dorsal moral das civilizações. O género épico tem raízes profundas na poesia antiga, especialmente em obras como a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero. A epopeia narra as ações de heróis extraordinários cujos feitos, muitas vezes acompanhados pela intervenção de deuses ou forças sobrenaturais, ajudaram a moldar o mundo para as gerações futuras. Através das figuras de deuses, reis e guerreiros, as sociedades procuraram compreender o significado da justiça, a forma correta de exercer o poder e o que significa viver de acordo com a moral.

Este estudo propõe uma análise comparativa de três epopeias canónicas o *Mahabharata* da Índia, *Os Lusíadas* de Portugal e *El Cid* de Espanha para investigar como a justiça divina é construída, justificada e distribuída de forma seletiva dentro das

tradições épicas. Embora tenham surgido em contextos culturais e teológicos muito distintos, todas elas exprimem um universo moral em que a autoridade divina serve para legitimar hierarquias humanas. Tornam-se, assim, não apenas obras literárias, mas sistemas simbólicos onde fé e poder se entrelaçam.

Estas três epopeias foram compostas em tempos e lugares muito diferentes, mas todas se tornaram espelhos nacionais. Moldaram a forma como as sociedades entendem virtude, lealdade e fé. Continuam a ser lidas não apenas pela sua beleza poética, mas porque, no seu âmago, definem a maneira como pensamos o bem e o mal, o justo e o injusto. Porém, por trás da grandiosidade e da fé que as sustentam, esconde-se uma inquietação profunda. As mesmas narrativas que louvam a justiça divina e o heroísmo também preservam, de modo subtil, as hierarquias sociais e de género do seu tempo. Glorificam homens que lutam em nome dos deuses, mas deixam as mulheres, os pobres e os marginalizados num silêncio sagrado. O Mahabharata ensina o dharma a lei da retidão, mas também mostra um mundo onde Karna é privado dos seus direitos por causa da sua origem e Ekalavya é punido por ultrapassar as fronteiras sociais. Draupadi, usada como peça num jogo de honra masculina, levanta uma questão que continua dolorosamente atual: onde estão os deuses quando a injustiça é cometida em nome da fé?

O Mahabharata, uma das mais longas e complexas epopeias da história, é uma meditação profunda sobre o dharma o equilíbrio frágil entre a retidão e o poder. Retrata como a ação moral entra em conflito com a hierarquia social e como a orientação divina pode coexistir com o sofrimento humano. A hesitação de Arjuna antes da batalha, guiado pelos conselhos de Krishna no Bhagavad Gītā, representa o dilema do dever moral sob o comando do divino. Mas o mesmo poema que exalta o dharma também normaliza a exclusão: Karna, negado por causa da sua origem; Ekalavya, castigado pela sua casta; e Draupadi, cuja humilhação se torna espetáculo público, revelam um mundo onde a justiça divina é filtrada pelas desigualdades sociais.

Algo semelhante acontece no mundo ibérico. El Cid transforma Rodrigo Díaz de Vivar num herói cristão abençoado por Deus, e cada vitória é vista como sinal da justiça divina. Contudo, essa justiça pertence apenas ao lado cristão: os mouros são derrotados não por serem injustos, mas por serem “outros”. As mulheres, como Doña Jimena, são respeitadas, mas silenciadas o seu valor está preso à reputação dos homens. O que parece virtude e ordem é, muitas vezes, apenas um limite moral que separa quem merece justiça de quem não a merece.

Camões, em *Os Lusíadas*, leva esse mesmo padrão a uma escala global. Vasco da Gama torna-se o navegador escolhido pelo destino divino, navegando não só por Portugal, mas por uma visão de glória universal. Os deuses e ninfas celebram o triunfo português, mas também escondem a dor e o custo da conquista. A mesma “missão divina” que envia os homens pelos mares justifica a dominação e a perda. Como alguns críticos apontam, a visão de heroísmo de Camões ecoa o dilema de Arjuna no *Bhagavad Gītā*: fé misturada com dúvida, coragem misturada com culpa. Mas enquanto Arjuna hesita perante a guerra, Vasco da Gama segue adiante, convencido de que o favor divino é sinónimo de aprovação moral e essa certeza torna-se o coração da ideologia imperial.

Quando colocamos estas três epopeias lado a lado, percebemos um padrão. Cada uma constrói uma ordem sagrada onde o poder divino abençoa a ambição humana, e onde a virtude moral depende frequentemente do privilégio social. Os deuses que guiam Arjuna, protegem El Cid e favorecem Vasco da Gama não protegem todos da mesma forma. Escolhem os seus heróis cuidadosamente e esses heróis definem o significado de justiça. Por baixo da poesia da fé e da coragem corre um fio de desigualdade, sugerindo que aquilo que chamamos “ordem divina” pode ser apenas o reflexo de uma hierarquia humana.

Este estudo lê as epopeias não apenas como textos do passado, mas como espelhos que ainda moldam o nosso presente. A pergunta que guia esta investigação é simples, mas inquietante: As epopeias representam verdadeiramente a justiça divina, ou apenas refletem as hierarquias sociais e de género do seu tempo sob a ilusão de uma ordem moral? Ao examinar as representações do heroísmo, das mulheres, das castas e classes, e da justiça divina, este trabalho explora como os ideais sagrados foram usados para santificar o poder e como essa mesma linguagem da virtude continua a moldar a nossa vida moral e social.

Mesmo no século XXI, os vestígios desses valores épicos permanecem. As mulheres continuam a ser medidas pela pureza e pela lealdade; os pobres e marginalizados continuam silenciados em nome da ordem; e a violência continua a procurar justificação moral através da fé ou do nacionalismo. A humilhação de Draupadi, o silêncio de Doña Jimena e as ninfas idealizadas de *Os Lusíadas* pertencem a outro tempo, mas ecoam em cada sociedade onde a justiça se curva perante a hierarquia. Estas epopeias recordam-nos que a história não se repete apenas através das guerras e dos impérios, mas também através das ideias sobretudo daquelas que tomamos por sagradas. E, se não as

questionarmos, os deuses do passado continuarão a decidir quem merece justiça e quem não a merece.

2. Contexto Histórico e Literário e a Formação da Identidade Moral no Mahabharata, Os Lusíadas e El Cid

Os três épicos o Mahabharata, Os Lusíadas e El Cid surgiram em contextos culturais e históricos muito diferentes, mas cada um deles revela como a identidade moral é construída em resposta aos desafios da história, da fé e do destino humano. Os seus mundos estão separados por séculos e continentes, mas partilham uma preocupação essencial: como o herói se torna não apenas uma figura de poder, mas um reflexo da consciência moral dentro de uma sociedade que procura ordem, justiça e harmonia divina.

2.1. O Mahabharata: Entre a Lei Divina e a Injustiça Humana

Composto aproximadamente entre os séculos VIII e IV a.C., o Mahabharata é o texto fundamental da imaginação moral indiana. A guerra entre os Pandavas e os Kauravas reflete uma época em que a Índia passava do domínio tribal para reinos poderosos, e a ideia de dharma dever e ordem moral servia como base da coesão social. Como observam Harikumar e Laxmi Kirana Pallathadka, o épico “abrange todas as respostas a todas as perguntas relacionadas com a psique e a vida humanas”, apresentando a guerra entre Pandavas e Kauravas como “uma luta entre o bem e o mal” que marca a transição moral para a Kali Yuga (Pallathadka, p. 8258, 2020). Rafael Martins também observa que o Mahabharata “assume-se como um lugar totalizante, no qual podemos encontrar o mundo conhecido (e por conhecer...)” um espaço totalizador que abarca tanto as dimensões materiais como espirituais da existência (Martins, p. 16, 2016). Dentro desta vasta paisagem moral, a guerra funciona não como destruição, mas como revelação.

No seu núcleo está o Bhagavad Gītā, um diálogo entre o guerreiro Arjuna e Krishna que cristaliza a tensão ética de todo o poema. Quando Arjuna se recusa a lutar contra os seus parentes, Krishna ensina-lhe que a ação moral não consiste em evitar o dever, mas em compreendê-lo corretamente: é preciso agir sem desejo egoísta, entregando os frutos da ação ao divino. Este ensinamento transforma o significado do

heroísmo da conquista externa para a consciência interior. O campo de batalha torna-se uma alegoria da luta entre o apego e a clareza espiritual.

No entanto, à medida que o épico se desenrola, a mesma visão de justiça que sustenta a sua ordem moral começa a revelar as suas contradições. Personagens como Karna, Ekalavya e Draupadī desafiam a própria ideia de equidade divina, mostrando como a virtude pode existir fora do privilégio social e como o dharma pode falhar perante os marginalizados. Leituras modernas aprofundam esta dimensão. Trina Maitra e Nandini Saha destacam que as reinterpretações recentes “não veem o épico como um simples confronto entre dharma e adharma”, mas como uma história humana complexa, onde ideias de justiça, género e poder são constantemente renegociadas (Maitra and Saha, p. 282, 2016). Do mesmo modo, a análise feminista de Atreyee Mukherjee sobre *The Palace of Illusions*, de Divakaruni, mostra que o universo moral do Mahabharata se expande para além do heroísmo masculino, permitindo que Draupadi surja como “uma figura forte e determinada” que desafia a passividade moral da sua sociedade (Mukherjee, p. k532, 2024).

No conjunto, estas leituras revelam que o Mahabharata transforma a história num teatro moral onde justiça, compaixão e destino coexistem em tensão. Através do diálogo entre a ordem divina e a dúvida humana, ensina que o verdadeiro triunfo não é sobre os inimigos, mas sobre a ignorância. Assim, o épico indiano propõe um modelo de identidade moral alicerçado na harmonia entre o dever individual e o dharma universal, unindo o ato externo da batalha à busca interior pelo autoconhecimento.

2.2. Os Lusíadas: Conquista, Consciência e o Fardo do Império

Publicado em 1572, *Os Lusíadas* surgiu no coração da Idade de Ouro portuguesa um momento de glória marítima ensombrado pela inquietação moral. Luís de Camões, profundamente marcado pelo humanismo renascentista e pelos seus anos de exílio, transformou a viagem de Vasco da Gama numa meditação sobre o destino, a virtude e o custo da conquista. Como observou Augusto Epiphany da Silva Dias no seu comentário inicial, Camões “assumiu a tarefa de cantar não apenas o feito que assegurou a Portugal o seu lugar na história universal, mas também o engrandecimento espiritual do Cristianismo e da virtude” (Epiphany xii). O poema, portanto, não é apenas um épico nacional, mas um espelho onde o império contempla a sua própria consciência.

O século XVI foi um tempo de grandes transformações. As naus portuguesas cruzavam mares desconhecidos em busca de novas terras e povos, mas por trás do entusiasmo das descobertas existia a ansiedade quanto ao poder, à ganância e à vontade divina. Para Camões, o mar é mais do que uma rota de exploração é o espaço onde a ambição humana se confronta com a vontade divina, onde a força moral é testada tanto quanto a coragem física. Como observa Augusto Epiphany da Silva Dias, Camões “assumiu a tarefa de cantar não apenas o feito que assegurou a Portugal o seu lugar na história universal, mas também o engrandecimento espiritual do Cristianismo e da virtude” (Epiphany da Silva Dias, p. xii, 1916). No mundo camoniano, os deuses clássicos coexistem com o Deus cristão, revelando o conflito entre fé e império que define a sua época.

Camões remodela o épico clássico para questionar a harmonia entre a ordem divina e a ambição humana. Em *Os Lusíadas*, o Deus cristão e as divindades pagãs partilham o mesmo palco não como poderes iguais, mas como símbolos contrastantes do destino e do desejo. Como explica Epiphany da Silva Dias, Camões procurou “um épico unificado, modelado na Eneida, em que o destino moral do homem e da nação sejam um só” (Epiphany da Silva Dias, p. xiii, 1916). Contudo, ao permitir que o Olimpo intervenha num mundo cristão, expõe a fragilidade da justiça divina perante o orgulho. Os deuses abençoam a viagem de Portugal, mas o seu silêncio perante a crueldade e a conquista denuncia uma inquietação moral num mundo onde a ordem é proclamada, mas não vivida.

O centro moral do poema não reside na vitória imperial, mas na dúvida. A figura do Velho do Restelo, junto ao porto, condena a busca de glória que esquece a virtude, advertindo que “a ambição e a cobiça destruirão o que a fé construiu”. A sua voz interrompe a celebração, obrigando o leitor a ver o império como milagre e pecado ao mesmo tempo. Como observa Rafael Martins, o herói camoniano “age com discernimento, alinhando a vontade humana com a ordem divina” (Martins, p. 42, 2016), mas o poema nunca esconde o quão facilmente essa ordem divina se transforma em pretexto para a dominação.

Nas margens deste mundo masculino e divino, o silêncio torna-se outra linguagem. As mulheres de *Os Lusíadas* como Inês de Castro, as ninfas alegóricas e as mulheres anónimas da conquista existem como símbolos de beleza, sacrifício ou redenção, mas raramente como vozes. A sua ausência marca o custo moral da glória.

Através delas, Camões revela o paradoxo da sua própria criação: um poema que procura a verdade divina, mas reflete as exclusões sobre as quais o seu mundo foi construído.

No fim, *Os Lusíadas* ergue-se como monumento e espelho um épico que glorifica a missão divina de Portugal enquanto expõe as suas fraturas morais. Camões transforma a descoberta em indagação espiritual, perguntando se a justiça divina pode coexistir com a ambição. Os seus deuses guiam, mas não redimem; os seus heróis triunfam, mas não transcendem. Sob o esplendor do império, permanece o silêncio dos invisíveis e é nesse silêncio que o poema encontra a sua consciência.

2.3. El Cid: História, Fé e a Ética da Honra

Se o *Mahabharata* transforma a guerra num dilema filosófico e *Os Lusíadas* transformam a descoberta numa viagem moral, o *Cantar de mio Cid* transforma a história no alicerce ético de uma nação. Composto por volta de 1200, é o mais antigo épico espanhol e uma ponte entre a tradição oral e a literatura escrita. O poema surgiu durante a Reconquista, quando os reinos cristãos procuravam recuperar a Península Ibérica do domínio muçulmano. Nesse contexto, Rodrigo Díaz de Vivar, conhecido como El Cid Campeador, tornou-se não apenas um guerreiro, mas a personificação da virtude cívica e moral.

Ramón Menéndez Pidal, que chamou ao *Cantar* “o primeiro monumento da literatura espanhola”, destacou o seu realismo e veracidade histórica. Ao contrário das *chansons de geste* francesas, o Poema de mio Cid ancora o herói numa verdade quase documental. Cesáreo Bandera Gómez interpreta esse realismo como um gesto moral: “o poeta abstém-se de julgar o seu herói; a sua fé na exemplaridade dele é absoluta” (Bandera Gómez, p. 11, 1969). Rodrigo não é um semideus mítico, mas um homem de contenção, prudência e justiça uma imagem de equilíbrio ético. Como observa Juan Victorio, a história do Cid perdura porque retrata “a luta de um homem que procura justiça não através da rebelião, mas através da paciente restauração da sua honra” (Victorio, p. 12, 2012). A sua jornada do exílio à redenção reflete a convicção medieval de que a virtude deve ser provada pelo sofrimento e pela fé.

O contexto histórico de El Cid é inseparável da realidade social e espiritual da reconquista. Como explica Bandera Gómez, o poema nasceu “num tempo em que a poesia e a história ainda eram irmãos quando o cronista e o poeta partilhavam a mesma visão de

uma ordem divina que guiava o destino humano” (Bandera Gómez, p. 16, 1969). A Espanha do Cid era uma terra de constante negociação entre guerra e devoção, entre política e fé. Nesse cenário, o heroísmo definia-se não apenas pela coragem na batalha, mas pela capacidade de reconciliar poder e piedade. A lealdade do Cid a Afonso VI, mesmo após a traição, encarna esse paradoxo: ele é simultaneamente servo e juiz, vassalo e santo.

Como escreve Nicasio Salvador Miguel, El Cid “transforma a história em canto” (Miguel, p. 64, 2007); o seu ritmo ecoa a voz de um povo que acreditava que a justiça divina se revelava através da perseverança, não da vitória. Quando é injustamente exilado pelo seu rei, o Cid aceita o destino com dignidade, conquista Valência e mais tarde perdoa os que o traíram. Assim, transforma o sofrimento pessoal num ato de restauração moral. A sua honra não é vingança, mas justiça enraizada na fé. O épico espanhol torna-se, assim, um modelo de *recta intentio* a intenção justa onde a virtude ética se alinha com a vontade divina.

Desta forma, El Cid faz a ponte entre mito e história, fé e pragmatismo. Santifica o desejo humano de justiça ao mesmo tempo que revela como essa justiça é limitada pelas fronteiras do seu mundo. A reconciliação final de Rodrigo com Afonso restaura não só a sua honra, mas também a ordem moral do reino uma ordem que privilegia a lealdade sobre a liberdade, a fé sobre a dúvida. O épico termina em harmonia, mas essa harmonia depende do silêncio: o silêncio das mulheres, dos inimigos vencidos e do povo comum que sustenta a glória do herói. Sob a sua superfície devota, El Cid permanece uma meditação subtil sobre o custo da retidão um espelho onde a Espanha medieval procurou ver a justiça divina e talvez tenha encontrado apenas o seu reflexo.

No fim, o *Cantar de mio Cid* é não só a história da redenção de um guerreiro, mas o reflexo de uma civilização inteira que tenta reconciliar fé e poder. Sob o ritmo da devoção e da vitória, o poema questiona se a justiça divina pertence verdadeiramente a todos ou apenas àqueles dentro do seu círculo de crença. A lealdade de Rodrigo restaura a sua honra e o favor do rei, mas reafirma também as hierarquias que mantêm outros sem voz. Ao celebrar a obediência e a graça, o poema santifica as próprias estruturas que parece transcender. O seu poder reside nessa contradição silenciosa: a fé de um homem a brilhar num mundo construído sobre a exclusão. Essa tensão moral entre crença e injustiça, santidade e silêncio reaparecerá, sob outras formas, nos grandes épicos do mundo.

2.4. Horizontes Partilhados: A História como Espelho Moral

Embora o Mahabharata, Os Lusíadas e El Cid pertençam a civilizações diferentes, são unidos por uma visão comum: a história como campo de prova da identidade moral. Cada épico responde a um momento de transição a formação de reinos na Índia antiga, a expansão marítima da Renascença portuguesa e as guerras religiosas da Espanha medieval e, em cada um, a história torna-se um espelho onde fé, justiça e poder se confrontam.

No Mahabharata, o campo de batalha de Kurukshetra torna-se uma paisagem de revelação interior. A hesitação de Arjuna antes da guerra reflete o conflito universal entre dever e compaixão. Como observam Harikumar Pallathadka e Laxmi Kirana Pallathadka, o épico “abrange todas as respostas a todas as perguntas relacionadas com a psique e a vida humanas”, mas a sua visão de dharma também “se viola a si mesma quando o homem fica indefeso e é forçado a quebrá-la” (Pallathadka e Pallathadka, pp. 8258 & 8263, 2020). O Bhagavad Gītā resolve esta tensão ao transformar a ação em disciplina espiritual o ensinamento de Krishna, de que se deve agir sem desejo, converte a obediência em caminho para a liberdade. Assim, o Mahabharata apresenta o heroísmo como clareza moral diante do paradoxo.

Luís de Camões, escrevendo no século XVI, transforma essa mesma luta numa meditação renascentista sobre a ordem divina. Em Os Lusíadas, a viagem de Vasco da Gama é simultaneamente uma jornada de descoberta e uma prova espiritual. Como nota Epiphany da Silva Dias, Camões “assumiu a tarefa de cantar não apenas o feito que garantiu a Portugal o seu lugar na história universal, mas também o engrandecimento espiritual do Cristianismo e da virtude” (Epiphany da Silva Dias, p. xii, 1916). Rafael Martins interpreta ainda o poema como uma pedagogia moral, onde o herói “age com discernimento, alinhando a vontade humana com a ordem divina” (Martins, p. 42, 2016). Contudo, por baixo da sua grandeza, Camões deixa falar a dúvida: o silêncio de Deus perante a conquista e o peso da glória revelam uma consciência que luta por conciliar poder e virtude.

No Cantar de mio Cid, a moralidade toma forma histórica. O exílio e o retorno de Rodrigo Díaz de Vivar refletem a convicção medieval de que a justiça divina se conquista pela lealdade e pela perseverança. Menéndez Pidal chamou ao poema “o primeiro

monumento da literatura espanhola”, distinguindo-o pela sua “verdade não inventada, mas vivida” (Menéndez Pidal, 1966). Bandera Gómez lê esse realismo como um gesto moral ao afirmar que “o poeta abstém-se de julgar o seu herói; a sua fé na exemplaridade dele é absoluta” (Bandera Gómez, p. 11, 1969). A moderação, a humildade e o perdão de Rodrigo transformam o seu sofrimento em santidade. A sua vitória não reside na vingança, mas na restauração moral, incorporando a crença de que a graça se manifesta através da paciência.

Através destes épicos, o herói torna-se a consciência da sua época. Na Índia, a justiça é cósmica; em Portugal, divina; em Espanha, cavalheiresca. Contudo, todos convergem na mesma ideia: o poder exige reflexão moral. Cada texto transforma a história num palco sagrado onde a humanidade é testada, não pela conquista, mas pela capacidade de agir com retidão. Como lembra Martins, “o épico não é apenas a celebração do gesto, mas a superação da condição humana dentro dos limites da ação.” (Martins, p. 16, 2016)

Estas obras perduram porque traduzem a história em visão moral. Seja através da introspeção de Arjuna, da resistência de Vasco da Gama ou da lealdade de Rodrigo Díaz, afirmam que a verdadeira medida da civilização não está na dominação, mas no discernimento na transformação do poder em virtude e da história em consciência. Cada civilização imaginou o herói moral de acordo com a sua fé mais profunda: na Índia, a justiça era cósmica; em Portugal, divina e humana; em Espanha, histórica e cavalheiresca. Mas todas convergem num mesmo princípio: a grandeza do herói não está na conquista, mas na luz moral que ele projeta sobre o seu mundo.

3. Discussão Temática Comparativa

3.1. Heroísmo Divino e a Ilusão da Justiça

Nas três epopeias o Mahabharata, Os Lusíadas e El Cid o herói surge como ponte entre o divino e o humano. Arjuna, Vasco da Gama e Rodrigo Díaz de Vivar recebem a sua autoridade moral de uma ordem sagrada que afirma falar em nome da justiça. Contudo, este “heroísmo divino” oculta um paradoxo: a justiça divina é frequentemente seletiva, sustentando hierarquias existentes em vez de as desafiar.

No Mahabharata, o heroísmo de Arjuna é inseparável da orientação divina de Krishna. No campo de batalha de Kurukshetra, a hesitação de Arjuna perante o ato de matar os seus parentes reflete uma crise de consciência que humaniza o guerreiro. Porém, quando Krishna revela a sua forma cósmica e lhe ordena que combata, a agência de Arjuna é absorvida pela necessidade divina. A Bhagavad Gītā redefine o heroísmo não como rebelião, mas como submissão disciplinada. Arjuna é instruído a agir sem desejar os frutos da ação, convertendo a obediência num caminho espiritual. Como observa Harikumar Pallathadka, o Mahabharata “contém todas as respostas a todas as perguntas relacionadas com a psique humana”, mas também mostra como a doutrina do dharma pode contradizer-se quando a justiça serve mais a ordem social do que a compaixão (Pallathadka e Pallathadka, p. 8258, 2020). O plano divino legitima, assim, a hierarquia a retidão de Arjuna é santificada, enquanto Karna e Ekalavya, ambos virtuosos, mas socialmente excluídos, são privados de igual graça. De modo semelhante, em Os Lusíadas, a viagem de Vasco da Gama é apresentada como missão sagrada sob proteção divina. Camões transforma a expansão portuguesa numa cruzada cristã, em que explorar se torna ato de fé. Os deuses da mitologia clássica Vénus, Baco, Júpiter são reaproveitados como alegorias morais que enquadram a justiça divina como recompensa do império. Como observa Rafael Martins, “Camões transforma a história em teologia, convertendo a descoberta em confirmação divina do destino de Portugal” (Martins, p. 42, 2016). Contudo, esta narrativa divina é seletiva: o silêncio de Deus em momentos de dúvida moral expõe os limites dessa justiça. O próprio poeta permite que a ambiguidade emerga o sofrimento dos nativos, a violência da conquista e a arrogância da glória revelam que a aprovação divina frequentemente espelha o desejo imperial. O Deus de Camões abençoa a nação, não a consciência individual.

No Cantar de mio Cid, a justiça divina opera através da resistência e não da revelação. Quando El Cid é injustamente exilado pelo seu rei, aceita o destino com humildade, confiando na vindicação divina. As vitórias no exílio e a reconciliação final com a Coroa são apresentadas como prova da sua integridade moral e lealdade. Como nota Juan Victorio, a resistência e a conduta medida de Rodrigo refletem os valores éticos da Espanha feudal, onde a justiça se atinge por meio da honra humana, e não por intervenção divina (Victorio, p. 13, 2012). Todavia, como recordam críticos modernos como Bandera Gómez, a fé do Cid não é recompensada de forma igual para todos; a justiça neste mundo distribui-se segundo a lealdade, o estatuto e a honra masculina

(Bandera Gómez, p. 15, 1969). O divino funciona menos como força moral universal e mais como agente legitimador da hierarquia de poder existente.

Através das três epopeias, o heroísmo divino converte-se num instrumento político. Os deuses ou figuras sagradas conferem legitimidade a quem já se encontra dentro do círculo do privilégio: Arjuna, o príncipe kshatriya; Vasco da Gama, o navegador imperial; Rodrigo, o nobre cavaleiro. A ilusão de justiça divina sustém a ilusão de igualdade, enquanto protege a desigualdade. Cada herói encarna grandeza moral não por desafiar o divino, mas por com ele se alinhar, mesmo quando esse alinhamento reforça o sofrimento de outros.

3.2. Mulheres e a Sagrada Objetificação

Em contraste com os heróis guiados pelo divino, as mulheres nestas epopeias raramente podem agir como agentes morais. Em vez disso, transformam-se em símbolos sagrados encarnações de virtude, sacrifício e resistência que definem a paisagem moral, mas não a controlam. Draupadi no Mahabharata, Inês de Castro em Os Lusíadas e Doña Jimena em El Cid ocupam este espaço paradoxal: veneradas, mas silenciadas, exaltadas, mas desprovidas de poder.

A humilhação de Draupadi no tribunal dos Kauravas é um dos momentos mais pungentes do Mahabharata. Arrastada perante os homens e despojada da dignidade, apela aos anciãos por justiça, mas não é atendida. O seu corpo torna-se o campo de batalha da honra masculina. Só a intervenção divina a proteção milagrosa de Krishna lhe restitui a modéstia. Contudo, como observa Atreyee Mukherjee, este episódio “transforma a mulher num teste moral para os homens, em vez de uma voz moral por si mesma” (Mukherjee, pp. k531–k537, 2024). O silêncio e a resistência de Draupadi santificam-na, mas negam-lhe agência. O épico reafirma uma ordem social em que a virtude feminina existe para medir a retidão dos homens.

Em Os Lusíadas, Camões imortaliza Inês de Castro como figura de pureza trágica. Assassinada por amor e coroada rainha postumamente, Inês torna-se emblema da consciência moral de Portugal. A descrição do poeta “As lágrimas corriam como fontes divinas” (Canto III, 118) converte o seu sofrimento em espetáculo sagrado. Como explica Rafael Martins, Camões transforma frequentemente a emoção privada em significado coletivo: figuras como Inês de Castro encarnam o despertar moral da nação, onde amor e

sacrifício espelham a luta de Portugal pela redenção (Martins, p. 48, 2016). No comentário de Epiphanyo da Silva Dias, a morte de Inês é simultaneamente tragédia pessoal e símbolo de purificação do reino o seu sofrimento eleva a ordem moral do país (Epiphanyo da Silva Dias, pp. xii–xiii, 1916). Doña Jimena, em *El Cid*, encarna igualmente a resistência silenciosa. Enquanto o marido é exilado, permanece fiel, paciente e obediente a sua virtude torna-se reflexo da honra dele. Quando as filhas são mais tarde humilhadas pelos nobres maridos, a exigência de justiça do Cid é apresentada como paternal e divina. O sofrimento das mulheres legitima a vitória moral do herói. Como nota Juan Victorio, as mulheres no *Cantar de mio Cid* representam lealdade e resistência, sustentando a ordem moral através do silêncio e da devoção (Victorio, p. 17, 2012).

Nestes enredos, a feminilidade torna-se sagrada, mas instrumental. A sagrada objetificação das mulheres sustém a arquitetura moral do épico. Os seus corpos e emoções simbolizam pureza, sacrifício e perdão valores necessários à jornada do herói, mas a sua ausência da tomada de decisões sublinha como sociedades patriarcais transformam virtude em controlo. A mulher torna-se o espelho moral, não o sujeito moral.

3.3. Casta, Classe e a Política do Valor

A justiça divina nestas epopeias também define quem é tido como “digno” de graça. A linguagem da fé e do destino oculta uma lógica social que privilegia casta, classe e estatuto. O *Mahabharata*, *Os Lusíadas* e *El Cid* medem o valor humano pela proximidade ao favor divino favor que, na prática, reflete a hierarquia social.

No *Mahabharata*, as figuras trágicas de Karna e Ekalavya revelam a tensão entre igualdade espiritual e exclusão social. Ambos encarnam virtude heroica, mas são privados de reconhecimento por causa do nascimento. Karna, de ascendência divina mas criado como filho de cocheiro, é condenado a combater contra os próprios irmãos. Ekalavya, o arqueiro tribal que supera Arjuna em perícia, é forçado a cortar o polegar por obediência ao mestre brâmane Drona. Como explica Rafael Martins, o épico resolve o conflito moral através da ordem divina, convertendo a desigualdade humana em dever sagrado (Martins, p. 52, 2016).

Em *Os Lusíadas*, a hierarquia assume forma colonial. O herói português é santificado pela aprovação divina, enquanto os povos não europeus são retratados como bárbaros ou espiritualmente inferiores. Como aponta José-Augusto França, “a epopeia de

Camões é simultaneamente celebração humanista e teologia do império” (França, p. 214, 1973). A “política do valor” determina quem recebe a luz divina e quem permanece na sombra. Mesmo quando o poema admira a beleza ou a coragem dos não europeus, o seu papel é confirmar a superioridade portuguesa. A salvação, neste contexto, é seletiva estende-se apenas aos que se alinham com a missão cristã.

Em *El Cid*, a medida do valor é feudal e cavaleiresca. A honra de Rodrigo é inseparável da linhagem, do serviço ao rei e da adesão a valores cristãos. Os seus triunfos não são as vitórias dos pobres ou marginalizados, mas as de um nobre que restaura o seu lugar devido. Como observa Alan Deyermond, o *Cantar de mio Cid* restabelece a harmonia em vez de subverter a ordem a justiça, no poema, significa recuperar o estatuto e a honra, não instaurar a igualdade (Deyermond, p. 26, 1987).

Em conjunto, estas epopeias mostram como sistemas divinos e morais frequentemente espelham as estruturas de poder que afirmam transcender. A ilusão de universalidade oculta a política do valor. Arjuna, Vasco da Gama e Rodrigo encarnam uma espécie de exclusividade moral: são escolhidos não por representarem toda a humanidade, mas por corporizarem a sua forma mais elevada e privilegiada. O divino, em vez de libertar, torna-se o mecanismo derradeiro de ordem.

4. Lente Filosófica e Teórica

As três epopeias *Mahabharata*, *Os Lusíadas* e *El Cid* partilham uma arquitetura moral assente na justiça divina, no heroísmo e na virtude. Todavia, sob a sua grandeza, reside um discurso mais subtil de poder: o sagrado torna-se a linguagem através da qual a hierarquia é preservada. Quando examinadas pelas lentes da hermenêutica feminista, da teoria pós-colonial e da filosofia moral, estas narrativas revelam que a justiça divina não é uma verdade neutra, mas uma construção cultural uma forma de disciplina ideológica que legitima a autoridade e silencia a dissidência.

4.1. Hermenêutica Feminista: O Sagrado e as Silenciadas

Numa perspetiva feminista, o tratamento das mulheres nestas epopeias demonstra como estruturas patriarcais usam a moralidade para controlar a agência. Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, argumenta que a mulher é “o Outro”, definida não pela

sua própria essência, mas pela perspectiva do homem (Beauvoir, p. 26, 1989). No Mahabharata, a humilhação de Draupadi e o seu silêncio posterior espelham esta subordinação ontológica. O seu corpo torna-se lugar de prova moral para os homens a sua resistência santifica a retidão alheia, mas a sua voz permanece contida pela ordem divina. O argumento de Beauvoir de que “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas em relação a ele” (Beauvoir, p. 8, 1989) capta a essência do apagamento de Draupadi no Mahabharata. O seu sofrimento é narrado mas nunca auto-expresso; o seu protesto converte-se em lição de virtude. No âmbito da teologia do dharma, a dor feminina deixa de ser rebelião para se tornar ritual de preservação silêncio santificado, ira domesticada.

De modo semelhante, em *Os Lusíadas*, Inês de Castro é estetizada até à imortalidade. O seu assassinio é justificado por necessidade política, mas a coroação póstuma transforma a vitimização em pureza moral. A elevação poética de Inês por Camões reflete o que Beauvoir descreve como a transformação da mulher em “ser inessencial, que existe para e através do homem” (Beauvoir, p. 17, 1989). O corpo feminino torna-se a consciência moral da nação monumento passivo e não agente de resistência. O mesmo padrão repete-se em *El Cid*, onde Doña Jimena mede a virtude pelo silêncio e a fé pela obediência. O feminino é consagrado apenas quando se conforma à santidade patriarcal.

Por meio de uma hermenêutica feminista, estas epopeias podem ser lidas como guiões morais onde a virtude é generizada. A ordem divina que legitima a obediência de Arjuna ou a resistência de Rodrigo transforma, simultaneamente, Draupadi, Inês e Jimena em objetos morais. A sua santidade é proporcional ao seu silêncio. Esta é precisamente a dinâmica que Beauvoir e feministas posteriores criticam: quando sistemas morais disfarçam a subordinação de santidade, a opressão torna-se invisível sob o véu da virtude.

4.2. Pensamento Pós-Colonial: Império e Divino

Se a teoria feminista expõe a sacralização do género, o pensamento pós-colonial revela a politização da divindade. Spivak lembra-nos que o poder frequentemente se oculta sob a linguagem da autoridade moral, criando hierarquias que silenciam quem vive fora da sua ordem sagrada (Spivak, p. 71, 1988). Em *Os Lusíadas*, a justiça divina torna-se metáfora do império. A viagem de Vasco da Gama é santificada como missão cristã; o

favor de Deus parece endossar a expansão portuguesa. Contudo, esta ideia de exploração divina mostra aquilo a que Spivak chama a dupla natureza do poder colonial elogia o Outro enquanto o controla e silencia (Spivak, p. 70, 1988). A invocação da providência divina mascara a violência da conquista; a “missão civilizadora” converte-se em disfarce poético do poder imperial.

No Mahabharata, esta lógica opera em forma metafísica. A doutrina do dharma constrói uma hierarquia cósmica que espelha a hierarquia social. A casta justifica-se como ordem divina, e a desobediência torna-se transgressão moral. Como observou Gandhi em Hind Swaraj, tais sistemas de lei divina correm o risco de se tornarem “mecanismos de submissão em vez de libertação” (Gandhi, p. 112, 2009). A submissão de Arjuna à vontade de Krishna é heróica no seu contexto, mas revela também um colonialismo espiritual a entrega do julgamento moral individual à autoridade cósmica.

Em El Cid, a justiça divina funciona como emblema de consolidação nacional. As vitórias de Rodrigo simbolizam a missão histórica de restaurar a ordem cristã durante a Reconquista. A fé do Cid na justiça divina legitima não apenas a sua virtude, mas a supremacia moral da Espanha cristã sobre os adversários muçulmanos. A vontade de Deus torna-se retórica de pertença quem está fora dela não é apenas inimigo, mas excluído moral.

Através destas narrativas, a teoria pós-colonial ajuda a revelar um padrão: a justiça divina serve o império, não a humanidade. A voz do Outro seja Karna, o não cristão colonizado, ou o mouro exilado é sistematicamente excluída. O divino converte-se no narrador colonial por excelência.

4.3. Filosofia Moral: Vozes de Consciência e Resistência

A visão moral do Mahabharata, de Os Lusíadas e de El Cid pode ser entendida como diálogo entre obediência e consciência entre a ordem que o poder cria e as perguntas que os indivíduos ousam fazer. Em todas as épocas, ensina-se aos heróis que virtude significa submissão ao dever divino ou social. Todavia, esses mesmos heróis, quando confrontados com a injustiça, começam a sentir que a moralidade não pode simplesmente ser herdada tem de ser escolhida.

No Mahabharata, a hesitação de Arjuna antes da batalha é mais do que medo; é o início do pensamento moral. Ao questionar Krishna sobre a correção da guerra, abre o

espaço entre ação e reflexão. A Bhagavad Gītā, como mais tarde explicou Gandhi, não é um apelo à violência, mas um lembrete de que a ação verdadeira deve estar livre do desejo egoísta (Gandhi, p. 7, 2009). A leitura de Gandhi transforma o mandamento divino em disciplina interior, sugerindo que a ética emerge de dentro e não da autoridade.

Mas, se Gandhi transforma a moralidade em autocontrole, B. R. Ambedkar converte-a em rebelião. Em *Annihilation of Caste*, Ambedkar desafia a ideia de que a lei divina possa ser moral se justifica a desigualdade. Para ele, a obediência à tradição não é virtude, é medo. A sua filosofia de justiça assenta na dignidade humana: nenhum sistema moral pode ser sagrado se nega a igualdade. A crítica de Ambedkar ao hinduísmo não é um ataque à fé, mas uma defesa da liberdade o direito de pensar, questionar e rejeitar o injusto como ímpio.

Este espírito de resistência está também nas vozes das mulheres e dos colonizados. Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, escreve que a mulher foi feita “o Outro”, valorizada apenas em relação ao homem (Beauvoir, p. 8, 1989). Esta intuição ajuda-nos a compreender as figuras silenciadas nos épicos como as Draupadis, as Inêses, as Jimenas cujos sofrimentos revelam como a virtude patriarcal frequentemente oculta a crueldade moral. Do mesmo modo, Gayatri Spivak, em *Can the Subaltern Speak?* lembra que o poder frequentemente finge falar pelos oprimidos enquanto apaga a sua voz (Spivak, p. 71, 1988). Ambas mostram que sistemas morais, quando construídos sobre a hierarquia, se tornam instrumentos de dominação.

Em conjunto, estas ideias redefinem o significado de heroísmo moral nos épicos. A dúvida de Arjuna, a culpa de Vasco da Gama e a paciência de Rodrigo não são sinais de fraqueza, mas de consciência momentos em que a obediência começa a converter-se em entendimento. O verdadeiro ato moral não é fé cega, mas a coragem de confrontar o sentido da própria fé. A justiça, neste sentido, nasce não do comando divino, mas da consciência humana da capacidade de ver que santidade sem compaixão não é virtude.

4.4. O Sagrado como Discurso de Poder

Reunindo estas perspetivas, torna-se claro que a justiça divina nestas epopeias não é revelação de verdade, mas discurso de poder. A voz divina legitima a obediência; a virtude do herói justifica a ordem social; e o sofrimento alheio converte-se em prova da

sua retidão. O humano que vive sob a sombra da autoridade divina permanece uma presença silenciada.

No Mahabharata, a lei divina absorve a consciência pessoal. Em Os Lusíadas, a ordem divina santifica o império. Em El Cid, a justiça divina sustém a lealdade feudal. Em todas, sistemas morais mascaram-se de verdade cósmica enquanto funcionam como instrumentos sociais. Estas epopeias, na sua magnificência, ensinam mais obediência do que liberdade.

Ainda assim, nas suas contradições reside a possibilidade de crítica. A pergunta de Arjuna, o sofrimento de Inês, o exílio do Cid todos perturbam a simetria da ordem divina. Sugerem que a verdade moral não é obediência ao poder, mas consciência dele. Quando a história se torna espelho moral, como cada épico demonstra, o seu reflexo revela tanto a beleza como a violência da civilização. Reconhecer que a justiça divina pode ser injusta é iniciar a viagem filosófica da fé à consciência.

5. Legado e Reflexão

Os mundos do Mahabharata, de Os Lusíadas e de El Cid podem parecer distantes dos nossos épicos de deuses, reis e cavaleiros, mas as suas arquiteturas morais continuam a moldar a imaginação moderna. Os ideais de fé divina, virtude generizada e poder hierárquico que inscrevem sobreviveram, subtilmente transformados, nos discursos morais e políticos contemporâneos. O que estes épicos outrora apresentaram como verdade cósmica reaparece hoje como ideologia: nacionalismo, casta e política de género continuam a falar a linguagem do destino divino e da ordem moral.

5.1. A Persistência da Fé e a Nação Moderna

Em todas as três epopeias, a fé é mais do que sentimento privado é o princípio organizador da civilização. A submissão de Arjuna a Krishna, a devoção de Vasco da Gama à providência divina e a lealdade de El Cid a Deus e ao rei definem a ordem moral como obediência a uma vontade superior. O nacionalismo moderno, de muitos modos, herda esta teologia da obediência. Onde o herói épico outrora lutou pelo equilíbrio cósmico, o cidadão moderno é chamado a lutar pela fé nacional.

Na Índia pós-colonial, por exemplo, o Mahabharata permanece um texto vivo que informa a ética política. Gandhi reinterpretou o dilema de Arjuna como base moral da não-violência, mas movimentos religiosos contemporâneos frequentemente recuperam o mesmo texto para justificar visões militantes ou exclusivistas de retidão. A batalha de Kurukshetra torna-se alegoria de pureza cultural, e o conselho de Krishna outrora chamado à disciplina espiritual é invocado como sanção divina do poder. Como lembra Ambedkar, textos sagrados muitas vezes passam de guia espiritual a instrumentos de controlo social (Ambedkar, p. 45, 2014). Ele argumenta que, quando a religião serve a hierarquia em vez da humanidade, a moralidade se torna obediência e não compaixão. No mundo das epopeias, esta transformação é clara a vontade divina justifica o poder, enquanto os que a questionam são vistos como ímpios. A cosmologia moral do épico, concebida para transcender a violência, é reabsorvida por ela.

Em Portugal, Os Lusíadas continuam a funcionar como mito de identidade nacional. A celebração camoniana do destino divino ainda ecoa na memória cultural, onde a expansão marítima é lembrada menos como conquista e mais como aventura sagrada de fé e coragem. A fusão entre missão divina e orgulho nacional, nascida no século XVI, persiste em formas subtis de excecionalismo cultural crença duradoura na superioridade moral do próprio percurso histórico.

Em Espanha, a imagem de El Cid tem sido repetidamente remodelada pela política. Durante a ditadura de Franco, Rodrigo Díaz de Vivar foi revivido como encarnação da virtude católica e da unidade nacional. A sua fé inabalável e a sua lealdade à autoridade tornaram-se símbolos morais de obediência ao Estado. Como explica Juan Victorio, a figura do Cid passou gradualmente da história à lenda, tornando-se símbolo nacional que condensou o ideal de honra e fé de Espanha (Victorio, p. 15, 2012). O que começou como poema medieval de lealdade e resistência foi, mais tarde, abraçado como narrativa de virtude patriótica e força moral.

Nestes contextos modernos, a fé permanece o vínculo moral que mantém as sociedades mas, como adverte Ambedkar, pode também converter-se em disfarce sagrado de desigualdade e controlo (Ambedkar, p. 47, 2014). A mesma ordem divina que deu a Arjuna propósito, a Vasco da Gama direção e a Rodrigo força continua a oferecer às comunidades um sentido de certeza, mesmo quando silencia a dúvida e a diferença tal como Spivak nos lembra que o poder frequentemente fala em nome da verdade, ao mesmo tempo que cala as vozes que afirma proteger (Spivak, p. 70, 1988).

5.2. O Pós-vida da Virtude Generizada

As hierarquias de gênero destas epopeias também ecoam nos códigos morais do mundo moderno. Draupadi, Inês de Castro e Doña Jimena foram transformadas em símbolos de pureza e sacrifício papéis que, séculos depois, continuam a moldar as expectativas culturais das mulheres. O seu silêncio tornou-se santidade; a sua resistência, virtude. A mesma lógica sustém muitas narrativas contemporâneas que idealizam o sofrimento feminino enquanto negam a sua agência.

Em sociedades sul-asiáticas, a imagem de Draupadi oscila entre reverência e policiamento moral. É venerada como deusa da força, mas a sua ousadia é frequentemente interpretada como causa da guerra. Como argumenta Spivak, “quando a mulher é divinizada, a sua humanidade é retirada” (Spivak, p. 299, 1988). A espiritualização épica da virtude feminina persiste como padrão cultural louva as mulheres pela resistência e pune-as pela autonomia. A chamada “mulher moral” mantém-se como o espelho onde a sociedade mede a sua própria virtude.

No espaço lusófono, Inês de Castro continua a simbolizar amor trágico e lealdade eterna. A sua história, recontada em filmes, óperas e literatura, ainda celebra a devoção que transcende a morte. Contudo, a mensagem subjacente de que a mais alta virtude feminina reside no sofrimento por amor ecoa nos discursos românticos e religiosos. A mudez de Inês perpetua este padrão as lágrimas falam onde as palavras não podem, convertendo a dor na ideia nacional de pureza. A persistência desta imagem mostra como a objetificação sagrada da mulher se enraizou no imaginário coletivo.

Em Espanha, o arquétipo de Doña Jimena sobrevive em ideais de paciência, piedade e virtude doméstica. A figura da *mujer buena leal*, silenciosa, sacrificial permanece entranhada na educação moral e nos media. A distância entre a Jimena medieval e a mulher moderna pode parecer grande, mas as expectativas morais mantêm semelhanças notórias: a resistência é mais celebrada do que a agência, a virtude mais do que a voz.

Estes ideais herdados revelam que a política de gênero no mundo moderno ainda opera dentro de molduras épicas. A sacralidade do feminino continua a justificar a desigualdade. Como recorda Beauvoir, “o ideal do feminino é uma armadilha: glorifica a subordinação como destino” (Beauvoir, p. 45, 1989). Repensar a justiça exige, portanto,

não apenas rejeitar velhas hierarquias, mas também questionar as narrativas sagradas que as sustentam.

5.3. A Política do Valor: da Casta à Classe, do Império à Nação

As hierarquias sociais que sustentaram estas epopeias evoluíram para hierarquias políticas contemporâneas. No Mahabharata, a ideia de dharma justificou a casta; em Os Lusíadas, a ordem divina justificou o império; e em El Cid, a fé legitimou o privilégio feudal. Estas arquiteturas morais persistem reconfiguradas como nacionalismo, classe económica ou identidade religiosa.

A casta, na Índia, permanece um sistema profundamente moralizado, legitimado pela linguagem da pureza e do dever. A mesma lógica mítica que condenou Ekalavya ao silêncio continua a moldar a perceção moral do estatuto social. Como observou Ambedkar, “a casta não é apenas divisão do trabalho é divisão do valor moral” (Ambedkar, p. 42, 2014). A visão épica da ordem como desígnio divino torna-se herança cultural que resiste à reforma. A justiça divina, outrora cósmica, assume hoje formas burocráticas e culturais.

Em Portugal, o legado da hierarquia imperial persiste de maneira mais subtil. A narrativa da descoberta e da missão divina criou uma identidade nacional construída sobre uma superioridade moral. Ainda hoje, a nostalgia colonial por vezes disfarça-se de orgulho civilizacional. Como lembra Spivak, o poder de definir a verdade e a moralidade costuma ficar com quem fala mais alto, convertendo a fé em linguagem de autoridade (Spivak, p. 70, 1988). Ambedkar mostra como tal controlo sobre a crença permite aos privilegiados moldar a ordem moral à sua imagem o mito da virtude divina torna-se memória da nação (Ambedkar, p. 47, 2014).

Em Espanha, a ordem feudal de El Cid transformou-se na retórica moral da unidade nacional. A noção de justiça divina que outrora legitimou a causa de Rodrigo reaparece na linguagem do patriotismo e do nacional-catolicismo. Como nota Deyermond, El Cid reflete um mundo em que a lealdade se mede menos pela verdade do que pela obediência, e em que a fé converte o serviço em destino (Deyermond, p. 24, 1987). O Estado moderno, herdeiro desta tradição, continua a santificar o poder como retidão.

Assim, a política do valor quem merece honra, fé ou justiça permanece estruturada por lógica épica. As hierarquias divinas do passado foram secularizadas, mas não desmanteladas. Continuam a moldar a ética moderna, onde o mérito é moralizado e o privilégio naturalizado.

5.4. Rumo a uma Reimaginação Moral

Qual é, então, a lição duradoura destes épicos num mundo que busca a igualdade mas vive com a hierarquia? Talvez a resposta resida em transformar a sua imaginação moral em vez de a rejeitar. O Mahabharata, Os Lusíadas e El Cid perduram não porque justificam o poder, mas porque revelam a sua fragilidade. Cada épico contém um momento de auto-dúvida: a hesitação de Arjuna antes da guerra, a melancolia de Camões perante o silêncio divino e o exílio de Rodrigo antes da redenção. São momentos em que a narrativa moral treme, quando a obediência cede lugar à consciência.

Em termos filosóficos, estes momentos de hesitação são atos de despertar. Sugerem que a justiça não pode ser divina se não for humana. A releitura de Gandhi da Bhagavad Gītā como guia de auto-purificação, e não de dominação, exemplifica esta transformação. Do mesmo modo, reinterpretações contemporâneas de Camões e de El Cid procuram recuperar o humano por baixo do heróico ver a fé não como subserviência, mas como responsabilidade.

A tarefa moderna é desaprender a hierarquia divina sem abandonar a imaginação moral. Como sugere Spivak, o futuro começa quando regressamos ao sagrado não como comando, mas como conversa um espaço onde outras vozes finalmente podem ser ouvidas (Spivak, p. 71, 1988). O sagrado torna-se, assim, reconhecimento da diferença, humildade para permitir que o sentido exista para além de uma única verdade. Beauvoir também via a moral como ato humano de criação a coragem de definir os próprios valores num mundo que exige obediência (Beauvoir, p. 10, 1989). As epopeias continuam a importar não como modelos de obediência, mas como espelhos de auto-compreensão. Ensina-nos que a história, seja divina ou humana, é sempre um experimento ético. Quando Arjuna questiona, quando Inês sofre, quando Rodrigo perdoa, lembram-nos que a justiça deve ser sempre testada pela compaixão, e a fé pela liberdade.

Ler estes textos hoje é confrontar as nossas próprias civilizações a persistência das hierarquias, a resistência dos mitos e a possibilidade de renovação moral. Enquanto a

humanidade procurar legitimidade na ordem divina ou na superioridade moral, as lições destes épicos permanecerão prementes. Não exigem culto, mas reflexão: o verdadeiro herói não é quem conquista o mundo, mas quem questiona a justiça da conquista.

6. Conclusão

O Mahabharata, Os Lusíadas e El Cid constroem, cada um, um mundo onde a justiça divina define a realidade moral. Contudo, sob a grandeza da fé e do heroísmo, estes épicos revelam que a ordem divina raramente é imparcial. Não é a voz da eternidade, mas o eco do poder hierarquias humanas santificadas como verdade sagrada. Seja através do dharma na Índia, da providência divina em Portugal ou da honra cristã em Espanha, a lei moral surge nesses textos menos como libertação do que como legitimidade. Os deuses não apenas guiam; governam.

Ao longo das suas civilizações, os heróis Arjuna, Vasco da Gama e Rodrigo Díaz encarnam mais a obediência do que a rebelião. As suas virtudes são celebradas porque se conformam à ordem divina que estrutura o seu mundo. A entrega de Arjuna a Krishna, a fé de da Gama na missão de Deus e a lealdade de El Cid ao rei sugerem que a grandeza moral reside na submissão à hierarquia cósmica. Contudo, em cada história, as vozes excluídas a mulher silenciada, o rival derrotado, o outro conquistado revelam o custo de tal santidade. A ordem moral que abençoa o herói depende do silêncio de alguém.

O divino, nestas epopeias, converte-se em linguagem de autoridade. Determina quem pode falar, quem deve servir e quem é digno de graça. Como adverte Ambedkar, a moralidade pode esconder a vontade de dominar sob a linguagem da virtude (Ambedkar, p. 46, 2014). Spivak e Beauvoir mostram que, quando o poder reclama universalidade, silencia os que ficam fora do seu quadro. O sagrado torna-se, então, não revelação, mas construção uma história que converte a hierarquia em destino.

Ainda assim, estas epopeias perduram não porque justifiquem a desigualdade, mas porque expõem a sua fragilidade. Os heróis duvidam; os deuses calam-se; os mundos morais estremecem. Nesses momentos de hesitação a confusão de Arjuna, a melancolia de Camões, o exílio de Rodrigo entrevê-se uma verdade mais funda: a justiça não é comando divino, é anseio humano. O anelo por ordem moral por retidão e sentido não é dádiva do céu, mas um clamor da própria história.

Ler estes épicos hoje é reconhecer que a ideia de justiça divina sempre foi uma invenção humana uma forma de dar propósito ao sofrimento e ordem ao caos. É a nossa tentativa de tornar o mundo inteligível através da moralidade, mesmo quando essa moralidade divide em vez de unir. A justiça nestes épicos, então, não é revelação dos deuses, mas reflexo do desejo humano de ser justificado de fazer o poder parecer virtuoso e a história parecer sagrada.

No fim, a lição que oferecem não é fê numa verdade divina, mas consciência da responsabilidade humana. O divino pode falar a linguagem da justiça, mas cabe à humanidade decidir o que a justiça significa.

Epílogo: O Eco Moral da Civilização

Toda a civilização conta a sua história na linguagem da virtude. O Mahabharata, Os Lusíadas e El Cid lembram-nos que a moralidade não é dádiva dos deuses, mas criação da coragem humana moldada pela dúvida, pela luta e pelo anseio de justiça. O divino pode calar-se, mas esse silêncio permanece em nós, perguntando o que significa agir corretamente num mundo falho. Procurar a justiça é trilhar o caminho estreito entre fê e liberdade não esperar que a verdade desça, mas ousar que a consciência se eleve até ela.

Referências

Alberto, Loraine Ethel Barreto, and Irene Silveira. *Além da Taprobana... Memórias Gloriosas: Os Lusíadas 450 Anos*. Desassossego, vol. 28, 2023, pp. 1–8.

Ambedkar, B. R. *Annihilation of Caste*. Edited and annotated by S. Anand, introduction by Arundhati Roy, Navayana Publishing, 2014.

Bandera Gómez, Cesáreo. *El Poema de Mio Cid: Poesía, Historia, Mito*. Madrid: Ediciones Alcalá, 1969.

Beauvoir, Simone de. *The Second Sex*. Translated by H. M. Parshley, Vintage Books, 1989.

Dias, Augusto Epiphany da Silva, editor. *Os Lusíadas de Luís de Camões Comentados*. 2ª ed., Companhia Portuguesa Editora, 1916.

Deyermond, Alan David. *El Cantar de Mio Cid y la épica medieval Española*. Revista de Filología Española, vol. 67, no. 3, 1987, pp. 301–320.

Gandhi, Mahatma. *The Bhagavad Gita According to Gandhi*. Edited by John Strohmeier, foreword by Michael Nagler, North Atlantic Books, 2009.

Harikumar, and Laxmi Kirana Pallathadka. India Through Mahabharata: A Critical View. *European Journal of Molecular & Clinical Medicine*, vol. 7, no. 11, 2020, pp. 8257–8268.

Maitra, Trina, and Nandini Saha. Men with Maces in the Mahabharata: Hyper- Masculine and Marginalised. *International Journal of English Language, Literature and Translation Studies (IJELR)*, vol. 3, no. 2, 2016, pp. 282–288.

Martínez, Miguel. A Poet of Our Own: The Struggle for Os Lusíadas in the Afterlife of Camões. *Journal for Early Modern Cultural Studies*, vol. 10, no. 1, Winter 2010.

Martins, Rafael Esteves. *Heroicidade Épica n'Os Lusíadas e na Bhagavad-Guitá*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2016.

Menéndez Pidal, Ramón (editor). *Poema de Mio Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1966.

Michael, Ian (editor) *Poema de Mio Cid*. 5th ed., *Clásics Castalia*, no. 75, Madrid: Ediciones Castalia, 1984.

Moreno Juste, José Manuel. *Rodrigo Díaz el Campeador y el Cid mítico*. Simposio Internacional El Cid, Poema e Historia, Burgos: Instituto Municipal de Cultura, 2004.

Mukherjee, Atreyee. Reimagining Draupadi: A Feminist Perspective on The Palace of Illusions by Chitra Banerjee Divakaruni. *International Journal of Creative Research Thoughts (IJCRT)*, vol. 12, no. 3, 2024, pp. k531–k537.

Nicasio Salvador Miguel. El Poema de Mio Cid: La gesta se hace cantar. *Medievalia*, vol. 30, no. 1, 2007, pp. 45–67.

Spivak, Gayatri Chakravorty. “Can the Subaltern Speak?” *Marxism and the Interpretation of Culture*, edited by Cary Nelson and Lawrence Grossberg, Macmillan Education, 1988, pp. 271–313.

Victorio, Juan. *El Cantar de Mio Cid: Estudio y Edición Crítica*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.

Vivas Larruy, José Manuel. *Mío Cid Campeador*. Fundación José Antonio de Castro, 2006.

Recebido em: 04/11/2025

Aprovado em: 17/11/2025